

Empréstimo Comissão Europeia aprovou resgate, Ecolin decide na segunda-feira

Portugal paga juros superiores a 5,5 por cento pela ajuda da UE

Subida das taxas do mercado faz com que Portugal, apesar do *spread* menor, suporte juros semelhantes aos da Irlanda em Novembro

Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas

● A taxa de juro que será aplicada à primeira parte da ajuda europeia a Portugal vai variar entre 5,5 e 6 por cento, um valor superior ao que foi definido em Novembro para a Irlanda devido à subida do custo do dinheiro no mercado.

Este valor foi ontem avançado por Olli Rehn, comissário europeu responsável pelos Assuntos Económicos e Financeiros, durante a conferência de imprensa que se seguiu à validação política do programa de assistência financeira a Portugal

por parte da Comissão Europeia.

A ajuda a Portugal, lembrou, terá uma taxa de juro calculada com base na fórmula acordada pelos países do euro. Isto significa que "seguiremos a política de preços do FMI e que teremos um pequeno prémio" de risco. Desta forma, a primeira *tranche* da ajuda deverá situar-se "algures na escala acima dos 5,5 por cento e claramente abaixo dos 6 por cento", precisou. O valor exacto será fixado pelos ministros europeus das Finanças na próxima segunda-feira, que aprovarão igualmente a totalidade do programa.

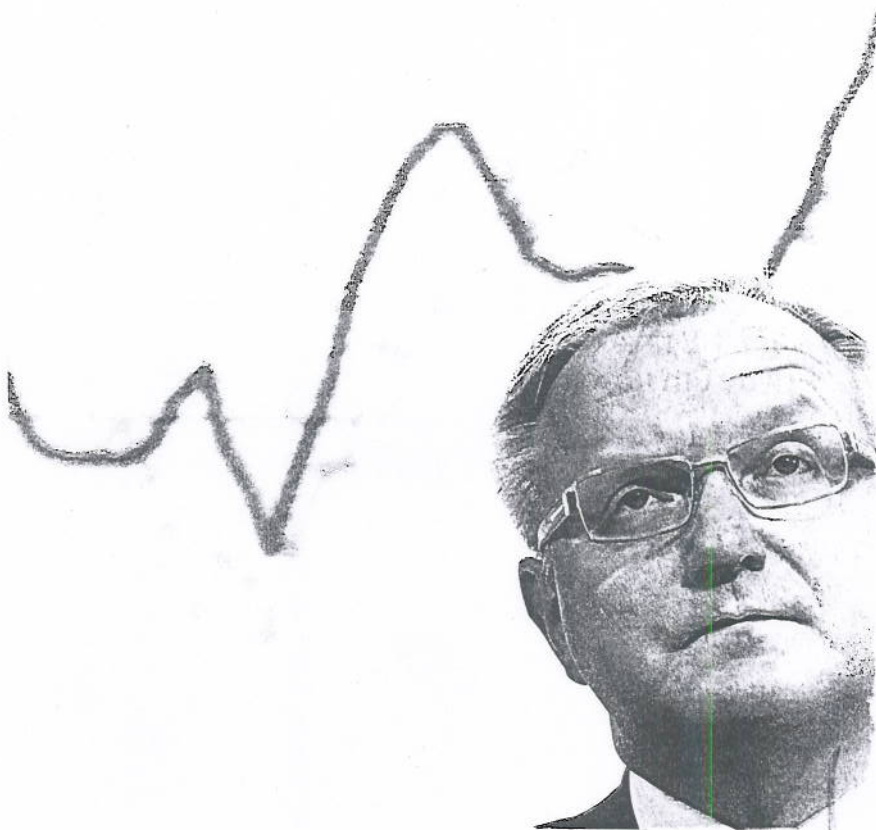
A fórmula de cálculo referida por Rehn será aplicada aos 52 mil milhões de euros que serão assegurados pelos países europeus do total de 78 mil milhões de euros do programa de ajuda acordado para Portugal. Os restantes 26 mil milhões serão assegurados pelo FMI a taxas que rondarão os 3,25 por cento nos primeiros três anos e 4,25 por cento nos seguintes.

De acordo com o que o PÚBLICO apurou, o valor referido por Rehn já inclui uma redução de 100 pontos de base (1 ponto percentual) na "penalização" - ou *spread* - adicionada às taxas a que for possível obter no mercado empréstimos garantidos pelos Governos e pelo orçamento comunitário para adiantar a Portugal. Isto significa que as taxas de juro do programa português incluem um *spread* ligeiramente superior a 200 pontos de base, e já não os pouco mais de 300 pontos que constavam das regras iniciais para os programas de assistência aos países do euro.

Apesar disso, a taxa portuguesa terá um nível equivalente ao que foi fixado em Novembro para a Irlanda, apesar de o *spread* então fixado para Dublin ainda se situar acima dos 300 pontos de base. Esta situação deve-se ao facto de as taxas do mercado serem geralmente alinhadas pela Euribor, cujo valor sofreu um agravamento de cerca de 70 pontos de base desde Novembro.

Rehn exprimiu, aliás, a esperança de que os líderes europeus possam chegar rapidamente a acordo sobre a redução do *spread* irlandês nos mes-

Olli Rehn: taxa de juro deve estar ligada à "sustentabilidade da dívida"



Louçã diz que juros são "insulto" a Portugal

Para o Bloco de Esquerda e para o PCP, as taxas de juro que Portugal irá pagar pelo pacote de ajuda externa não são viáveis. "É uma taxa de juro inaceitável, é um insulto à economia portuguesa", afirmou ontem o líder bloquista, Francisco Louçã. Para o secretário-geral comunista, Jerónimo de Sousa, isto significa que, "dos 78 mil milhões que nos emprestam, mais de 30 mil milhões são para pagar juros", o que revela que a ajuda da UE e do FMI não é "desinteressada".

Pegando no caso da Grécia, que conseguiu uma redução do empréstimo para 4,2 por cento, Louçã considera "inaceitável que a UE possa fazer das dificuldades da economia portuguesa uma forma de extrair uma mais-valia numa operação financeira". Para o líder do BE, os juros cobrados são a prova de que a negociação entre o Governo português e a *troika* "foi mal feita". Jerónimo de Sousa defende mesmo que o país deveria olhar para a Grécia e reconsiderar o caminho que o levará ao "afundamento".

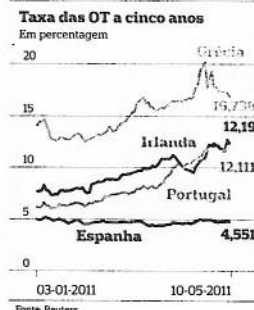
Riscos de reestruturação continuam a pressionar mercados BCE alerta para os riscos que a Grécia corre se seguir este caminho

O receio de que a Grécia tenha de reestruturar a sua dívida tem mantido os mercados em suspensão, provocando a subida das taxas de juro que os investidores cobram para comprar dívida pública dos países em risco. Ontem, as taxas de juro das Obrigações do Tesouro (OT) gregas a dois anos estavam próximas de um novo recorde, nuns proibitivos 25,4 por cento, o que mostra que os mercados estão a apostar numa reestruturação da dívida, até 2013.

Portugal não escapou à tendência, registando um novo máximo nos juros da dívida a cinco anos (12,11 por cento), enquanto a dívida a dez e dois anos permanecia em níveis elevados. Nos outros países periféricos - Irlanda e Espanha - o dia de ontem trouxe algum alívio,

com as taxas de juro a descerem nas principais maturidades.

A pressão sobre os mercados prossegue à medida que a convicção de que a Grécia terá de reestruturar a sua dívida ganha



mais adeptos. Ontem, a primeira-ministra da Eslováquia assumiu uma renegociação da dívida grega como inevitável. Iveta Radicova afirmou à Reuters que "a crise na Grécia é tão profunda que, sem um passo como esse, os instrumentos financeiros, por si só, não vão ajudar". Apesar de ser membro da zona euro, a Eslováquia recusou integrar o plano de ajuda à Grécia.

A reestruturação de dívida tem sido, contudo, negada pelo executivo grego e pelas autoridades europeias. Ontem, o membro do conselho de governadores do BCE, Lorenzo Smaghi, avisou que essa solução seria "um suicídio político". Outro membro da autoridade monetária, Ewald Nowotny, alertou que "iria ter consequências enormes e imediatas no sistema bancário grego e europeu". **A.R.F.**

YVES HERRMAN/AFP

Reforço da ajuda Entre receios de reestruturação ou de mais austeridade, a Grécia espera sinal europeu

Ana Rita Faria

● Neste momento, a Grécia tem poucas certezas em cima da mesa e, as que tem, não são animadoras. Ao contrário do que o pacote de resgate traçado pela União Europeia (UE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Central Europeu (BCE) previa, o país não deverá conseguir financiar-se nos mercados no próximo ano. Para evitar o cenário extremo - uma reestruturação da dívida - os países europeus poderão ser chamados a dar mais dinheiro ao país.

A imprensa internacional avançava ontem com vários valores de um novo "resgate" à Grécia. De acordo com o *Wall Street Journal*, o país iria receber mais 60 mil milhões de euros, que se juntariam ao pacote de 110 mil milhões concedido há pouco mais de um ano. A informação foi prontamente negada pelo Governo grego.

Já o jornal grego *Kathimerini* falava ontem de um reforço de 30 mil milhões de euros, que seria acompanhado por prazos mais dilatados no pagamento do empréstimo do que os 7,5 anos actuais. Este plano permitiria ainda ao país manter-se afastado dos mercados durante mais dois anos. No plano original, a Grécia deveria voltar aos mercados já no próximo ano para vender cerca de 39 mil milhões de euros em obrigações. No ano seguinte, o valor a emitir é semelhante.

O comissário europeu dos assuntos económicos e financeiros, Olli Rehn, disse ontem em Estrasburgo que é "premature" falar sobre a dimensão do reforço da ajuda à Grécia. "A missão [de técnicos da UE e do FMI] ao país ficará concluída na próxima semana e a sua tarefa essencial é, por um lado, verificar a implementação do programa económico e ver o que precisa de ser reforçado e, por outro, conduzir uma avaliação sobre a sustentabilidade da dívida grega [que deverá passar de 105 por cento do PIB há um ano para mais de 150 por cento em 2012], incluindo as suas necessidades de financiamento", afirmou. Com base na avaliação dos peritos, Bruxelas tomará uma decisão nas próximas semanas sobre o caso grego, adiantou Olli Rehn.

Entre as possibilidades possíveis está não só um novo empréstimo ao país mas também a compra de títulos de dívida pública no mercado primário pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira ou um novo alargamento do prazo de reembolso da ajuda europeia. A redução das taxas de juro do empréstimo é, também, possível, apesar de estas já terem sido diminuídas em um ponto percentual para 4,2 por cento.

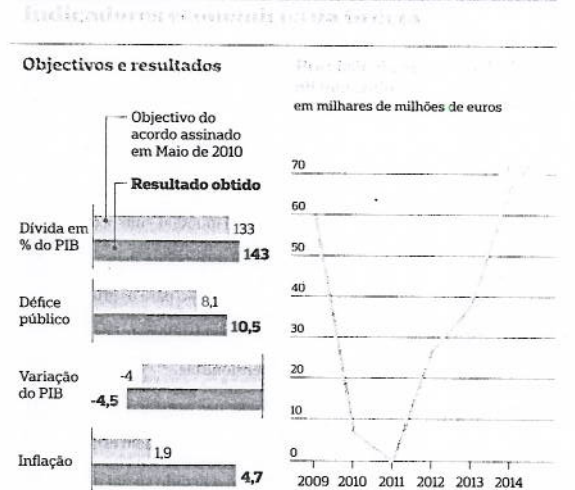
A agência Reuters noticiava ontem que uma eventual extensão da ajuda à Grécia implicaria novas medidas de

austeridade, a par de uma implementação eficaz do programa em curso.

Com a economia afundada na recessão e um desemprego recorde, a Grécia tem sido obrigada a anunciar sucessivos pacotes de austeridade, para compensar a derrapagem nas metas do défice. O impacto que a austeridade está a ter na economia - eliminando, por exemplo, os ganhos que o Governo esperava obter com o aumento de impostos - tem levado os mercados a pressionar cada

vez mais a dívida pública grega (ver caixa), receosos de um *default* (incumprimento), sob a forma de uma reestruturação da dívida.

As agências de *rating* estão atentas (a Standard & Poor's reviu já a notação grega) e consideram que os investidores arriscam-se a ter de pagar a factura. O país vendeu ontem dívida de curto prazo (seis anos), mas pagou um juro de 4,88 por cento, acima dos 4,2 do empréstimo da UE e do FMI.



O programa de ajuda à Grécia

Dimensão	Inicial (Maio 2010)	Revisto (Março 2011)
	110 mil milhões de euros	110 mil milhões de euros
Período de vigência	2010-2013	2010-2013
Maturidade dos empréstimos	3 anos	7,5 anos
Taxa de juro da UE	5 por cento	4 por cento
Taxa de juro do FMI	3-4 por cento	3-4 por cento

Fonte: Doulos

Sucesso da ajuda externa colocado em causa

Recessão mais profunda, dívida pública a acumular-se e mercados ainda fechados. A Grécia, o primeiro país a ter de recorrer à ajuda financeira dos seus parceiros europeus está também a servir de amostra daquilo que pode correr mal nos programas de ajustamentos que estão a ser aplicados na zona euro. O pacote de ajuda preparado para a Grécia incluiu, logo à partida, uma série

de medidas de forte austeridade. O impacto negativo na economia superou as expectativas e, em simultâneo, alguns dos ganhos orçamentais previstos não se concretizaram. Perante isto, os mercados continuam a desconfiar que o problema grego apenas se resolverá com uma reestruturação da dívida. E, por isso, a Grécia precisa de mais dinheiro dos seus parceiros.

mos 100 pontos-base para "ajudar a Irlanda a ultrapassar o peso da dívida, da mesma forma que a Grécia e agora Portugal". Esta decisão em favor da Irlanda ainda não foi tomada devido à exigência dos outros Governos de uma concessão de Dublin, especialmente ao nível do IRC.

Para o comissário, aliás, a definição das taxas de juro deve estar sobretudo ligada à "sustentabilidade da dívida" dos países ajudados, e não tanto à vontade de evitar comportamentos irresponsáveis (o chamado *moral hazard*).

À espera da Finlândia

Rehn excluiu, por outro lado, qualquer possibilidade de renegociação do programa de assistência financeira a Portugal, tal como é exigido pelo Partido Socialista da Finlândia, um dos três que vão formar o próximo Governo, como condição para o aprovar.

O programa português "é o resultado de uma negociação muito profunda e por vezes difícil totalmente baseada no mandato que os Estados membros da UE deram à Comissão" para o efeito, afirmou Rehn.

Os socialistas, o segundo partido mais votado nas eleições de Abril e cujo apoio é decisivo para a aprovação obrigatória do programa no Parlamento finlandês, impuseram, aliás, ontem à noite, um adiamento da votação para sexta-feira, em vez de hoje, como estava previsto. O terceiro partido da futura coligação, os Verda-deiros Finlandeses, votam contra.

Até lá, os deputados socialistas querem negociar com o novo primeiro-ministro, Jyrki Katainen, uma forma de garantir que os bancos e os investidores privados em geral partilharão uma parte dos custos dos planos de assistência financeira, o que as actuais regras europeias excluem expressamente. Não é claro se os socialistas querem integrar obrigatoriamente esta medida no plano português, ou se aceitarão transformá-la numa cláusula horizontal e necessariamente vaga dos programas de ajuda em troca da sua "luz verde".

A posição da Finlândia constitui a única interrogação que pesa sobre a aprovação do programa português pelos ministros das Finanças na próxima semana.